

Discussão em torno do superávit

por Maria Clara R. M. do Prado de Brasília

Uma pequena diferença, de pouco mais de US\$ 1 bilhão, retardava ontem o entendimento entre os técnicos do governo brasileiro e os membros da missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) em torno do fechamento da projeção do balanço de pagamentos para 1990.

O FMI sabe que o País não tem condições de gerar os mega-superávits do passado, mas acha que o saldo comercial poderá ficar em torno de US\$ 14 bilhões neste ano. O governo brasileiro defende um saldo para a balança comercial entre US\$ 12,5 bilhões e US\$ 13 bilhões.

A diferença não chega a ser expressiva em termos de valor, mas representa um aspecto importante das negociações com o FMI.

O Banco Central considera que o nível das reservas internacionais é satisfatório — tem oscilado em torno de US\$ 8 bilhões e US\$ 8,5 bilhões — e não faz questão de ampliar muito mais o patamar tendo em vista o impacto monetário que isso representaria. Assim, a apropriação de um saldo comercial maior nas projeções das contas externas sinalizaria que o País tem condições de pagar pelo serviço da dívida externa mais do que efetivamente pretende neste ano. “Na forma de armar as contas, o balanço de pagamentos diz se vai pagar mais ou menos”, comentou para este jornal, ontem, uma importante fonte do governo brasileiro.

O Brasil não quer efetuar qualquer pagamento de juros aos bancos credores privados neste ano — pretende deixar isto embutido na apresentação das contas externas —, mas a montagem do balanço para 1990 deve prever algum pagamento, embora parcial, aos credores oficiais que têm assento no fórum do Clu-

be de Paris. Este é um outro detalhe em discussão; medir na ponta do lápis qual a dívida pendente com o Clube de Paris: o que é atrasado que o governo brasileiro quer refinar em um próximo acordo; o que é compromisso vencendo entre setembro e dezembro deste ano; e que parcela desses vencimentos o governo estará disposto a pagar.

ATRASADOS

A contabilização dos atrasados ocorridos neste ano até setembro será feita abaixo da linha, isto é, abaixo do resultado projetado para o balanço que deve considerar na conta de capitais um financiamento para cobertura daquelas pendências. Isso significa que o governo não pretende efetuar pagamentos atrasados. “A rigor, nossas projeções para o balanço de pagamentos deste ano cobrem efetivamente o último trimestre do ano, já que até setembro os números estão dados”, observou a fonte.

O FMI continua insistindo que a carta de intenções faça pelo menos alguma referência no sentido de que o governo brasileiro se esforçaria para colocar em dia o pagamento dos atrasados. Seria uma espécie de proteção para o próprio organismo, que tem sido de certo modo combatido por firmar acordos com países que têm atrasados pendentes com credores externos. O governo brasileiro reluta naquele ponto porque não quer assumir qualquer compromisso com relação a atrasados, com o argumento de que tem restrições fiscais para a compra de divisas externas.

O balanço de pagamentos deste ano, em face das pendências, projetará um resultado deficitário. Este resultado funcionará como meta no acordo “stand by” que o Brasil busca fechar com o FMI. O resultado do balanço de pagamentos, apesar de

ser considerado meta, não é em si critério de performance e portanto não condiciona a liberação ou não dos recursos do financiamento por parte do FMI.

O desempenho do balanço de pagamentos é acompanhado de perto pelas modificações na posição das reservas líquidas internacionais na autoridade monetária. Esta sim é critério de performance sempre considerado nos acordos com o FMI e resulta da dedução das obrigações internacionais (prontas, de curtíssimo prazo; de curto prazo e de médio e longo prazos) dos haveres (também envolvendo os de curtíssimo, curto, médio e longo prazos). Como o resultado do balanço de pagamentos está intimamente ligado ao conceito do FMI de reservas líquidas internacionais, a variação destas estará indicando o comportamento do balanço.

CRITÉRIO

O FMI também está indiretamente monitorando o desempenho do balanço de pagamentos através de outro critério de performance, o do crédito interno líquido que procura medir a situação do BC, considerando a diferença entre o papel-moeda em poder do público e o nível das reservas líquidas internacionais. Para definição deste critério, as reservas são expressas em moeda nacional a uma taxa de câmbio combinada entre o governo e o Fundo.

Independente da definição daquele critério, a projeção do balanço de pagamentos envolve sem dúvida elementos que chegam a ganhar características mais políticas do que técnicas. Durante toda a tarde de ontem, os técnicos brasileiros procuraram avançar nas discussões com o FMI na busca de números que satisfizessem ambos os lados: “Depende de uma conta de chegar”, definiu a fonte do governo.